

II.5.B – Legislação Ambiental

O Termo de Referência ELPN/IBAMA nº 014/2003 foi elaborado com a finalidade de subsidiar o empreendedor no levantamento das características ambientais pertinentes à área de influência da atividade de produção e escoamento de petróleo e gás no Campo de Merluza, Bacia de Santos.

Com o intuito de obter a emissão da Licença de Operação (LO), o presente estudo ambiental enfatiza as determinações legais referentes ao meio ambiente que deverão ser atendidas em sua totalidade, em especial as Resoluções do CONAMA nº 23/1994 e nº 237/1997, que referenciam os procedimentos para as atividades petrolíferas.

A seguir encontra-se listada a legislação atualizada com leis, decretos e resoluções que disciplinam a atividade em questão.

Licenciamento Ambiental

A Lei nº 6.938/1981 que definiu a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, lança as bases dos instrumentos de licenciamento ambiental e define sua obrigatoriedade e fala sobre as etapas de um licenciamento. No mesmo sentido a Resolução CONAMA nº 237/1997 expande a definição dessas etapas e inclui o grau de competência dos Órgãos ambientais quanto ao licenciamento.

A Resolução CONAMA nº 23/1994 considerou também, a necessidade de serem estabelecidos critérios específicos para o licenciamento ambiental visando um melhor controle e gestão ambiental das atividades relacionadas à exploração e lavra das jazidas de petróleo e gás natural. Nesse sentido, foram estabelecidas as licenças ambientais, sendo a concessão das mesmas subsidiadas pelos respectivos estudos ambientais.

O artigo 4º da mesma Resolução, estabelece a competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA para o licenciamento ambiental de empreendimento e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional. Destacou, dentre outras, atividades realizadas no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, bem como de atividades localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais estados.

O § 2º, do mesmo artigo, ressalva a competência supletiva do IBAMA, o qual pode delegar aos estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando assim as exigências.

Para dar subsídio ao licenciamento deste projeto foi determinado, pelo IBAMA, a elaboração do presente Relatório de Avaliação Ambiental, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 23/1994.

Lei de Crimes Ambientais e Responsabilidade

A Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, entrou em vigor em 30 de março de 1998, não só trata de sanções criminais, mas também das administrativas. A Lei sistematizou adequadamente as normas de direito penal ambiental, possibilitando o seu conhecimento pela sociedade e a sua execução pelos entes estatais.

A referida lei introduziu no ordenamento jurídico, de forma clara e objetiva, a responsabilidade penal da pessoa jurídica, prevendo tipos e sanções bem definidas, diversas daquelas que só se aplicam à pessoa física. Além de tipificar penalmente inúmeras outras condutas como lesivas à natureza, adota princípios ramificados nas principais convenções mundiais, no encalço de sua preservação e na busca de um progresso economicamente sustentável.

Em relação à responsabilidade do empreendedor, a licença ambiental, não o libera de seu dever de reparar o dano ambiental, se ocorrer. Em conformidade com Paulo Affonso Leme Machado, a licença ambiental, “se integralmente regular, retira o caráter de ilicitude administrativa do ato, mas não afasta a responsabilidade civil de reparar”. (*Machado, 1996*).

Resíduos Sólidos e Efluentes

Os efluentes e resíduos gerados na atividade, devem ser corretamente gerenciados e ter uma destinação final de acordo com os parâmetros definidos pela legislação brasileira, normas e convenções internacionais e procedimentos operacionais. O gerenciamento inadequado destes pode provocar impactos

ambientais significativos, razão pela qual este assunto vem se tornando uma preocupação de caráter mundial.

Até o momento há várias resoluções que tratam do assunto, mas não existe uma política nacional baseada em uma legislação para incentivar avanços nessa área.

Para suprir esta ausência, o CONAMA emitiu em 1988 sua resolução de nº 06, a qual determina a obrigatoriedade do controle de resíduos no âmbito do licenciamento ambiental e a apresentação por parte das empresas do inventário e destinação dos seus resíduos.

De caráter mais específico, a Resolução CONAMA nº 05/1993 trata dos resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, definindo critérios de classificação e gerenciamento adequado dos mesmos.

O CONAMA estabeleceu diversas resoluções visando um maior controle sobre o processo de produção e de destruição do lixo, podendo destacar as de nº 09/1993 e 257/1999 que obrigam o refino dos óleos lubrificantes usados e do descarte de pilhas e baterias, respectivamente.

No que se refere aos efluentes a Resolução CONAMA nº 20/1986 estabeleceu a classificação das águas, de acordo com seus usos, bem como padrões para o lançamento de efluentes em corpos hídricos. Entretanto, no caso das atividades *offshore*, os critérios e padrões estabelecidos pela MARPOL são aplicados.

A seguir encontra-se listada a legislação atualizada com leis, decretos e resoluções que disciplinam a atividade em questão.

Royalties

Quando o petróleo e o gás natural são extraídos da plataforma continental, os royalties são devidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios confrontantes com os poços produtores.

Baseando-se na atividade a ser desenvolvida, aplica-se a Lei nº 7.990/1989, regulamentada pelo Decreto nº 01/1991, que assegurou o pagamento de royalties

aos municípios onde se localizassem instalações marítimas ou terrestres de embarque e desembarque de petróleo e/ou gás natural.

Educação Ambiental

A Lei nº 9795, de 1999, dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, que reconhece a educação ambiental como um componente essencial e permanente no processo educativo, formal e/ou não-formal, como orientam os artigos 205 e 255 da Constituição Federal.

A Política Nacional de Educação Ambiental é uma proposta de educação ambiental em todos os setores da sociedade. Diferente das outras leis, ela não estabelece regras ou sanções, mas sim responsabilidades e obrigações.

Ordem Cronológica - Federal

Meio Ambiente

A) Meio Ambiente - Políticas Nacionais e Legislação Geral

Constituição Federal

Leis

Lei nº 62.837/1968 – GERENCIAMENTO COSTEIRO

Dispõe sobre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas interiores e dá outras providências.

Lei nº 6.340/1976

Estabelece o regime especial para o aproveitamento das jazidas de substâncias minerais em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra de petróleo, e dá outras providências.

Lei nº 6.437/1977

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Lei nº 6.938/1981

Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (Regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06.06. 1990; alterada pela Lei nº 7.804/1989) e pela Lei nº 8.028/1990.

Lei nº 7.347/1985

Institui a Ação Civil Pública como parte do processo para se efetivar a responsabilidade por danos ao meio ambiente.

Lei nº 7.735/1989

Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

Lei nº 7.797/1989

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Lei nº 9.478/1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo, e dá outras providências.

Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Alterada pelas Medidas Provisórias nº 1.710, de 07.08. 1998; 1.710-1, de 08.09. 1998; 1.710-2, de 25.02. 1999.

Lei nº 9.636/1998

Dispõe sobre a Administração de Áreas de Patrimônio da União.

Lei nº 9.782/1999

Define o Sistema de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

Lei nº 9.795/1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 9.990/2000

Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.

Lei nº 10.165/2000

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei nº 10.202/2001

Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas.

Decretos

Decreto nº 96.000/1988

Dispõe sobre a Realização de Pesquisa e Investigação Científica na Plataforma Continental e em Águas sob jurisdição Brasileira, e sobre Navios e Aeronaves de Pesquisa Estrangeiros em Visita aos Portos e Aeroportos Nacionais, em Trânsito nas Águas Jurisdicionais Brasileiras ou no Espaço Aéreo Sobrejacente.

Decreto nº 2.455/1998

Implanta a Agência Nacional do Petróleo – ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências.

Decreto nº 2.953/1999

Dispõe sobre o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, e dá outras providências.

Decreto nº 3.179/1999

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Decreto nº 3.520/2000

Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e dá outras providências.

Decreto nº 3.524/2000

Regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.

Decreto nº 3.919/2001

Acrescenta artigo ao Decreto nº 3.179/1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Resoluções

Resolução CONAMA nº 01/1988

Estabelece critérios e procedimentos básicos para a implementação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, previstos na Lei nº 6.938/1981.

Resolução CONAMA nº 24/1996

Dispõe sobre recursos administrativos interpostos, de autos de infração lavrados pelo IBAMA.

Resolução CNRH nº 15/2001

Dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

B) Legislação Específica: Licenciamento Ambiental

Resoluções

Resolução CONAMA nº 01/1986

Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Resolução CONAMA nº 06/1986

Aprova os modelos para publicação de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação.

Resolução CONAMA nº 09/1987

Dispõe sobre as audiências públicas.

Resolução CONAMA nº 23/1994

Institui procedimentos específicos para o licenciamento das atividades relacionadas à exploração e lavra das jazidas de combustíveis líquidos e gás natural.

Resolução CONAMA nº 237/1997

Revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento como instrumento de gestão ambiental. Esta resolução complementa e altera a de nº 001/1986.

Resolução CONAMA nº 281/2001

Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.

Resolução CNRH nº 15/2001

Dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Resolução Conjunta ANAEEEL/ANATEL/ANP nº 02/2001

Aprova o Regulamento Conjunto de Resoluções de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

Portarias

Portaria IBAMA nº 01/1990

Institui a cobrança no fornecimento de Licença Ambiental, e dá outras providências.

Portaria IBAMA nº 84/1996

Estabelece procedimentos junto ao IBAMA, para registro e avaliação do potencial de periculosidade ambiental.

Portaria IBAMA nº 113/1997

Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Portaria IBAMA nº 15/1998

Dispõe sobre a Renovação de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientais.

Portaria IBAMA nº 166-N/1998

Cria o Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear – ELPN, vinculado ao Programa de Análise e Licenciamento Ambiental, instituído pela Portaria IBAMA nº 166-N/1998, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Portaria MINJUST nº 388/1998

Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS.

C) Legislação Específica: Fiscalização e Auditoria Ambiental

Portarias

Portaria ANP nº 123/2000

Estabelece o Regulamento Técnico do Programa Anual de Trabalho e Orçamento para os campos de Petróleo e Gás Natural, que dispõe sobre as questões relacionadas com o acompanhamento e fiscalização das atividades de produção, de acordo com o estabelecido na Seção V, art. 43, inciso III, da Lei nº 9.478, de agosto de 1997, definindo o conteúdo e estabelecendo procedimentos quanto à forma de sua apresentação.

D) Legislação específica: Poluição Marinha

Leis

Lei nº 5.318/1967

Estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lancem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências.

Lei nº 7.554/1986

Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

Lei nº 9.966/2000

Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas de jurisdição nacional e dá outras providências.

Lei nº 10.166/2000

Altera a Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

Decretos Legislativos

Decreto Legislativo nº 74/1976

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo.

Decreto Legislativo nº 60/1995

Aprova o Texto da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios de 1973, de seu Protocolo de 1978, de suas Emendas de 1984 e de seus Anexos Opcionais III, IV e V.

Decretos

Decreto nº 50.877/1961

Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País e dá outras providências.

Decreto nº 79.437/1977

Promulga a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969.

Decreto nº 83.540/1979

Regulamenta a aplicação da convenção internacional sobre a responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo.

Decreto nº 87.566/1982

Promulga o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.

Decreto nº 1.530/1995

Declara a entrada em vigor da Convenção das nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em dezembro de 1982.

Decreto nº 2.508/1998

Promulga a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, concluída em Londres, em 17 de fevereiro de 1978, suas Emendas de 1984 e seus Anexos Opcionais III, IV e V.

Decreto nº 2.870/1998

Promulga a Convenção sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo, 1990.

Decreto nº 4.136/2002

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.

Portarias

Portaria DPC nº 46/1996

Aprova Diretrizes para a implementação do Código Internacional de Gerenciamento para Operação Segura de Navios e para a prevenção de Poluição (Código Internacional de Gerenciamento de Segurança – Código ISM).

Portaria DGN nº 28/1997

Aprova as Normas para Pesquisa, exploração de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de Marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar – (NORSUB).

Portaria IBAMA nº 28/2001

Cria o Programa Nacional de Vigilância para Prevenção e Monitoramento de Derrames de Óleo com finalidade de dar cumprimento às atribuições do IBAMA.

E) Legislação Específica: Gerenciamento Costeiro

Leis

Lei nº 62.837/1968 – GERENCIAMENTO COSTEIRO

Dispõe sobre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas interiores e dá outras providências.

Lei nº 7.661/1988

Institui o Plano de Gerenciamento Costeiro.

Lei nº 8.617/1993

Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica e a plataforma continental brasileiras.

Lei nº 9.537/1997

Dispõe sobre a Segurança do Tráfego Aquaviário em águas sob jurisdição nacional (LESTA) e dá outras providências.

Decretos

Decreto-Lei nº 28.840/1950

Declara integrada ao Território Nacional a Plataforma Submarina, na parte correspondente a esse Território.

Decreto nº 28.840/1950

Declara integrada ao Território Nacional a Plataforma Submarina, na parte correspondente a esse território.

Decreto 62.837/1968

Dispõe sobre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas do mar territorial e nas águas interiores e dá outras providências.

Decreto nº 87.648/1982

Aprova o Regulamento para Tráfego Marítimo.

Decreto nº 1.265/1994

Estabelece a Política Marítima Nacional.

Decreto nº 2.956/1999

Aprova o V Plano Setorial para os Recursos do Mar (V PSRM).

Resoluções

Resolução CONAMA n° 05/1997

Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGCII).

Resolução CIRM n° 4/1997

Aprova o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), e dá outras providências.

Portarias

Portaria Ministerial n° 60/1995

Cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

NORMAN

NORMAN – 01/1998 – Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre normas da autoridade marítima para embarcações empregadas na navegação de mar aberto, incluindo plataformas de perfuração, produção e de armazenamento de óleo.

NORMAN – 04/1998 – Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre a operação de embarcações estrangeiras em águas sob jurisdição nacional.

NORMAN – 07/2003 – Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre normas da autoridade marítima para atividades de inspeção naval.

NORMAN – 08/2003 – Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre normas da autoridade marítima para tráfego e permanência de embarcações em águas sob jurisdição nacional.

NORMAN – 11/2003 – Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre normas obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição nacional.

F) Legislação Específica: Recursos Hídricos

Leis

Lei nº 9.433/1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX, do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13.03.1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28.12.89.

Lei nº 9.984/2000

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional das Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos.

Decretos Legislativos

Decreto-Lei nº 7.841/1945

Código e Águas Minerais

Decretos

Decreto nº 24.643/1934 – Código de Águas

Institui o Código das águas. Alterado, parcialmente, pela Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Resoluções

Resolução CONAMA nº 20/1986

Estabelece a classificação de águas doces, salobras e salinas, e os padrões nacionais de emissão.

Resolução CONAMA nº 274/2000

Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas, em todo o Território Nacional, bem como determina os padrões de lançamento.

Resolução ANA nº 44/2002

Estabelece o conteúdo do extrato das resoluções de outorga de direito de uso de recursos hídricos emitidas pela ANA.

G) Legislação Específica: Emissões Atmosféricas

Decretos Legislativos

Decreto Legislativo nº 91/1989

Aprova os textos da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985 e do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio, de 1987.

Decreto Legislativo nº 32/1992

Aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, adotadas em Londres, a 29 de junho de 1990.

Decreto Legislativo nº 51/1996

Aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, adotadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992.

Decretos

Decreto nº 181/1991

Promulga os Ajustes ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, de 1987.

Resoluções

Resolução CONAMA nº 05/1989

Institui o Programa Nacional de controle da Qualidade do Ar – PRONAR – e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 03/1990

Dispõe sobre a qualidade do ar e define padrões.

Resolução CONAMA nº 08/1990

Estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de poluentes do ar para processos de combustão externa em fontes novas fixas de poluição.

H) Legislação Específica: Gerenciamento de Resíduos

Decretos

Decreto nº 875/1993

Promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu depósito.

Resoluções

Resolução CONAMA nº 06/1988

Estabelece a classificação de resíduos em três categorias, a saber: perigosos, não-perigosos e inertes. Define os requisitos para o gerenciamento e disposição adequada de resíduos, segundo esta classificação.

Resolução CONAMA nº 05/1993

Define as condições para o gerenciamento e disposição de resíduos de serviços médicos, instalações portuárias, e terminais de transporte.

Resolução CONAMA nº 09/1993

Determina que todo óleo lubrificante usado ou contaminado será obrigatoriamente recolhido e terá uma destinação adequada de forma a não afetar negativamente o meio ambiente, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 37/1994

Dispõe sobre os resíduos perigosos.

Resolução CONAMA nº 23/1996

Estabelece critérios para importação / exportação de resíduos sólidos, estabelecendo ainda a classificação desses resíduos.

Resolução CONAMA nº 257/1999

Disciplina o descarte e gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias que contenham em sua composição chumbo, cádmio e mercúrio.

Resolução CONAMA nº 283/2001

Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.

Portarias

Portaria Ministerial nº 53/1979

Dispõe sobre o destino e tratamento de resíduos.

Portaria ANP nº 81/1999

Dispõe sobre o refino de óleos lubrificantes usados ou contaminados, e dá outras providências.

Portaria ANP nº 125/1999

Regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado.

Portaria ANP nº 127/1999

Regulamenta a atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser exercida por pessoa jurídica sediada no País, organizada de acordo com as leis brasileiras.

Portaria Interministerial MME/MMA nº 1/1999

Dispõe sobre a produção, importação, revenda e consumo final de óleo lubrificante acabado, e dá outras providências.

Portaria ANP nº 71/2000

Altera a Portaria ANP nº 125, de 30/07/99, que regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado.

NBRs

NBR 10004/1987 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

Estabelece a classificação de resíduos em três categorias, a saber: perigosos, não-perigosos e inertes. Define os requisitos para o gerenciamento e disposição adequada de resíduos, segundo esta classificação.

NBR 12235/1992 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

Dispõe Armazenagem de Resíduos Sólidos Perigosos

I) Legislação Específica: Poluição Sonora

Resoluções

Resolução CONAMA nº 01/1990

Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando critérios, padrões e diretrizes.

NBRs

NBR 10151/1987 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

Fixa as condições exigíveis para avaliação de ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade.

NBR 10152/1987 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

Estabelece os níveis de ruídos para conforto acústico.

J) Legislação Específica: Royalties e outros ônus financeiros

Leis

Lei nº 7.990/1989

Institui a compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo, gás natural, recursos hídricos e recursos minerais. Percentuais definidos pela Lei nº 8.001/1990.

Lei nº 8.001/1990

Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Decretos

Decreto nº 2.705/1998

Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

Resoluções

Resolução IBGE nº 06/1998

Aprova a relação dos Estados e Municípios a ser indenizada em função da extração de óleo e gás natural na Plataforma Continental.

Portarias

Portaria ANP nº 11/1999

Estabelece o Plano de contas anexo à Portaria a ser observado pelos Concessionários das atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural ou ambos, para fins de classificação e registro contábil das referidas atividades.

Portaria ANP nº 29/2001

Estabelece os critérios a serem adotados a partir de 1º de janeiro de 2002, para fins de distribuição do percentual de 7,5% (sete e meio por cento) sobre a parcela do valor dos *royalties* que exceder a 5% (cinco por cento) da produção de petróleo ou de gás natural de cada campo, a ser efetuada aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo ou gás natural.

K) Legislação Específica: Armazenamento/transporte de produtos perigosos

Decretos

Decreto nº 96.044/1988

Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, e dá outras providências.

Decreto nº 4.097/2002

Altera a redação dos artigos 7º e 19º dos Regulamentos para os transportes rodoviário e ferroviário de produtos perigosos, aprovados pelos Decretos nºs 96.044, de 18 de maio de 1988, e 98.973, de 21 de fevereiro de 1990, respectivamente.

Resoluções

Resolução CNP nº 08/1971

Estabelece as Instruções Gerais e a Norma Brasileira para Armazenamento de Petróleo e seus Derivados Líquidos sob a denominação: CNP – ABNT – IBP (P. NB-216).

Resolução CONAMA nº 001-A/1986

Estabelece normas gerais relativas ao transporte de produtos perigosos.

Portarias

Portaria MT nº 204/1997

Aprova as instruções complementares aos regulamentos dos transportes rodoviários e ferroviários de produtos perigosos.

Portaria MT nº 101/1998

Dispõe sobre alterações na Regulamentação para os Transportes Rodoviário e Ferroviário de Produtos Perigosos.

Instruções Normativas

Instrução de Serviço DNER s.nº/1990

Instrução sobre os procedimentos dos diversos setores do DNER envolvidos na aplicação e fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos

I) Legislação Específica: Fauna e flora

Leis

Lei nº 4.771/1965

Dispõe sobre Código Florestal

Lei nº 5.197/1967

Dispõe sobre a proteção à Fauna.

Decretos

Decreto nº 24.645/1934

Estabelece medidas de proteção aos animais.

Decreto nº 97.633/1989

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna – CNPF.

Resoluções

Resolução CONAMA nº 11/1987

Declara como unidades de conservação as categorias de sítios ecológicos de relevância cultural, criadas por atos do poder público.

Resolução CONAMA nº 10/1996

Regulamenta o licenciamento ambiental em praias onde ocorre à desova de tartarugas marinhas.

Portarias

Portaria nº 122-P/1985

Dispõe sobre a coleta, transporte, comercialização e industrialização de plantas ornamentais, medicinais, aromáticas e tóxicas, oriundas de floresta nativa, dependem de autorização do IBAMA

Portaria nº 5-N/1986

Proíbe a captura de tartarugas marinhas.

Portaria nº N-11/1986

Proíbe, nas águas sob jurisdição nacional, a perseguição, caça, pesca ou captura de pequenos Cetáceos, Pinípedes e Sirênios.

Portaria IBAMA nº 1.522/1989

Estabelece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira ameaçada de Extinção.

Portaria IBAMA nº 186/1990

Institui o TAMAR.

Portaria IBAMA nº 31-N/1991

Define a Zona de Vida Silvestre em APA's – tartarugas.

Portaria nº 40-N/1991

Institui o Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios.

Portaria nº 2.097/1994

Cria o “Grupo de Trabalho Especial de mamíferos Aquáticos”.

Portaria IBAMA nº 11/1995

Proíbe iluminação em faixa de praia onde haja desova de tartaruga .

Portaria nº 117/1996

Regulamenta as observações de grandes cetáceos em ambiente natural.

Portaria nº143-N/1998

Institui o Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos – Centro Mamíferos Aquáticos, com atuação em todo o território nacional.

Portaria nº 98/2000

Normatiza a manutenção em cativeiro, o manejo e o uso de mamíferos aquáticos da fauna silvestre brasileira ou exótica.

M) Legislação Específica: Unidades de Conservação

Leis

Lei nº 6.902/1981

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90. Alterada parcialmente pela Lei nº 7.804/1989.

Lei nº 9.985/2000

Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Decretos

Decreto nº 89.336/1984

Dispõe sobre as reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

Decreto nº 99.274/1990

Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe, respectivamente, sobre a criação de Estações ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.

Resoluções

Resolução CONAMA n° 04/1985

Estabelece definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas.

Resolução CONAMA n° 12/1989

Proíbe, nas áreas de relevante interesse ecológico quaisquer atividades que possam por em risco o ecossistema.

Resolução CONAMA n° 13/1990

Dispõe que as atividades que possam afetar a biota de Unidades de Conservação serão definidas pelo órgão responsável por cada unidade de Conservação juntamente com os órgãos licenciadores e de Meio Ambiente.

N) Legislação Específica: Saúde, Segurança, Medicina do Trabalho e Normas Trabalhistas.

Leis

Lei n° 5.811/1972

Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refino de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

Lei n° 6.514/1977

Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho.

Decretos

Decreto n° 49.974A/1961

Regulamenta, sob a denominação de Código Nacional de Saúde, a Lei n° 2.312, de 3 de setembro de 1954, de “Normas Gerais Sobre Defesa e Proteção da Saúde”.

Decreto n° 93.413/1986

Promulga a Convenção n° 148 sobre a Proteção dos Trabalhadores Contra os Riscos Profissionais Devidos à Contaminação do Ar, ao Ruído e às Vibrações no Local de Trabalho.

Decreto nº 1.254/1994

Promulga a Convenção 155, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra, em 22 de junho de 1981.

Decreto nº 2.648/1998

Promulga a Convenção nº 170 da OIT, relativa à Segurança na Utilização de Produtos Químicos no Trabalho, assinada em Genebra, em 25 de junho de 1990.

Decreto nº 2.671/1998

Promulga a Convenção nº 164 da OIT, sobre a Proteção da Saúde e a Assistência Médica aos Trabalhadores Marítimos, assinada em Genebra, em 8 de outubro de 1987.

Portarias

Portaria MTb nº 3.214/1978

Aprova as Normas Regulamentadoras – NRs – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

NR's

NR-1

Dispõe sobre a obrigação do Empregador em elaborar ordens de serviço sobre segurança e medicina, dando ciência aos empregadores.

NR-4

Dispõe sobre Serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho.

NR-5

Dispões sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

NR-6

Dispõe sobre os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

NR-7

Dispõe sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

NR-9

Dispõe sobre Programas de Prevenção de Riscos Ambientais.

NR-11

Dispõe sobre o transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.

NR-12

Dispõe sobre máquinas e equipamentos.

NR-15

Dispõe sobre atividades e operações insalubres.

NR-16

Dispõe sobre atividades e operações perigosas.

NR-18

Dispõe sobre as condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

NR-20

Dispõe sobre líquidos combustíveis e inflamáveis.

NR-21

Dispõe sobre o trabalho a céu aberto.

NR-23

Dispõe sobre a proteção contra incêndios.

NR-24

Estabelece condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

NR-25

Dispõe sobre resíduos industriais.

NR-26

Dispõe sobre a sinalização de segurança.

O) Legislação Específica: Normas Operacionais / Procedimentos

Portarias

Portaria ANP n° 170/1998

Dispõe sobre a construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive liquefeito (GNL), dependem de prévia e expressa autorização da ANP.

Portaria ANP n° 188/1998

Dispõe sobre a aquisição de dados aplicados à prospecção de petróleo (tal como alterada pela Portaria ANP n° 35, de 01 de março de 1999).

Portaria ANP n° 34/1999

Dispõe sobre o controle das atividades que envolvem a disposição de óleos lubrificantes contaminados.

Portaria ANP n° 176/1999

Aprova o regulamento, em anexo, que trata do Abandono de Poços Perfurados com vistas a exploração ou produção de petróleo e/ou gás.

Portaria ANP n° 75/2000

Aprova o Regulamento que trata do procedimento para codificação de Poços Perfurados com vistas à exploração ou produção de petróleo e/ou gás, anexo à presente Portaria.

Portaria ANP n° 76/2000

Aprova o Regulamento que trata do procedimento para reclassificação de Poços Perfurados com vistas à exploração ou produção de petróleo e/ou gás, anexo à presente Portaria.

Portaria Conjunta ANP/INMETRO n°01/2000

Aprova o Regulamento Técnico do Programa Anual de Produção para os campos de Petróleo e Gás Natural, que dispõe sobre as questões relacionadas com o acompanhamento e fiscalização das atividades de produção de acordo com o estabelecido na seção V, art. 43, inciso VII, da Lei n° 9.478. de 06/08/97, definindo o conteúdo e estabelecendo procedimentos quanto à forma de sua apresentação, anexo à presente portaria.

Portaria ANP n° 114/2000

Regulamenta através desta Portaria, o acesso aos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras que compõem o acervo da ANP e as atividades de reprocessamento e de interpretação desses dados e informações, que serão exercidas por pessoas físicas residentes no Brasil e pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

Portaria ANP n° 249/2000

Aprova o Regulamento Técnico de Queimas e Perdas de Petróleo e Gás Natural, anexo à presente Portaria, que dispõe sobre as questões relacionadas com as

queimas em *flares* e as perdas de gás natural, com os limites máximos de queimas e perdas autorizadas e não sujeitas ao pagamento de royalties e estabelece parâmetros para o controle das queimas e perdas de gás natural, de acordo com o instituído na Lei nº 9.478/97, e no Decreto nº 2.705/98.

Portaria ANP nº 259/2000

Aprova o Regulamento Técnico do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo e/ou Gás Natural, anexo à presente Portaria, que define o objetivo, o conteúdo e determina os procedimentos quanto a forma de apresentação do mesmo, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 44, da Lei nº 9.478/97.

Portaria ANP nº 283/2001

Aprova o Regulamento Técnico ANP nº 4/2001, que estabelece os procedimentos para a coleta de amostras de rocha e de fluidos de poços perfurados pelos operadores nas bacias sedimentares brasileiras.

Portaria ANP nº 25/2002

Aprova o Regulamento de Abandono de Poços perfurados com vistas a exploração ou produção de petróleo e/ou gás.

REVOGA: a Portaria ANP nº 176, de 29/10/1999

Instruções Normativas

Instrução Normativa IBAMA nº 01/2000

Estabelece critérios a serem adotados pelo IBAMA, para concessões de registro de dispersantes químicos, empregados nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados no mar.

Resoluções

Resolução CNP nº 08/1971

Estabelece as Instruções Gerais e a Norma Brasileira para armazenamento de petróleo e seus derivados líquidos sob a denominação: CNP – ABNT – IBP (P.NB-216).

P) Legislação Específica: Respostas a Emergências

Leis

Lei nº 72.03/1984

Dispõe sobre assistência e salvamento de embarcações, coisa, ou bem, em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis internas.

Decretos Legislativos

Decreto nº 43/1998

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Decretos

Decreto nº 2.870/1998

Promulga a Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, assinada em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Resoluções

Resolução CONAMA nº 06/1990

Determina que a produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos empregados nas ações de combate aos derrames de petróleo e seus derivados somente poderá ser feita após prévia autorização e registro junto ao IBAMA.

Resolução CONAMA nº 265/2000

Determina ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e aos órgãos municipais de meio ambiente e entidades ambientalistas não governamentais, a avaliação, no prazo de 240 dias, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente, das ações de controle e prevenção e do processo de licenciamento ambiental das instalações industriais de petróleo e derivados localizadas no território nacional.

Resolução CONAMA n° 269/2000

Dispõe sobre a produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos para as ações de combate aos derrames de petróleo e seus derivados no mar somente poderão ser feitos após a obtenção de registro do produto junto ao IBAMA, e dá outras providências.

Resolução CONAMA n° 293/2001

Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração.

Portarias

Portaria IBAMA n° 64-N/1992

Estabelece critérios para concessão de registro provisório aos dispersantes químicos nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados.

Portaria DPC n° 66/1998

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para estabelecer condições e requisitos para concessão e delegação das atividades da assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem, em perigo no mar, nos portos e vias navegáveis interiores – NORMAM 16.

Portaria ANP n° 03/2003

Estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural, no que couber.

Portaria DSST n° 24/2001

Altera os subitens 23.10.4; 23.10.5 e 23.10.5.1, da Norma Regulamentadora 23 – Proteção Contra Incêndios, aprovada pela Portaria 3.214/78.

NORMAMs

NORMAM-09/2003 – Marinha do Brasil – DPC

TÍTULO I – Normas para instauração de inquéritos sobre acidentes e fatos da navegação.

NORMAM-09/ 2003– Marinha do Brasil – DPC

TÍTULO II – Normas e procedimentos para instauração de inquérito administrativo, a que se refere à alínea c, do art. 9º, do regulamento da lei de segurança do tráfego aquaviário.

Q) *Legislação Específica: Pesca*

Leis

Lei nº 7.643/1987

Proíbe a pesca de cetáceos nas águas de jurisdição brasileira.

Lei nº 7.679/1988

Proíbe pesca em períodos de reprodução.

Decretos

Decreto nº 221/1967

Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Decreto nº 68.459/1971

Regulamenta a pesca, tendo em vista o aproveitamento racional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial.

Decreto nº 1.694/1995

Cria o Sistema Nacional de Informações de pesca.

Portarias

Portaria SUDEPE nº 18-N/1984

Autorização científica de programa à pesca.

Portaria nº 18/1987

Pesca em caráter permanente.

Portaria nº 110-N/1992

Registro geral de pesca.

Portaria IBAMA nº 117/1996

Proíbe o molestamento de cetáceos em águas de jurisdição brasileira.

R) Legislação Específica: Turismo

Leis

Lei nº 6.505/1977

Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do art. 18, do Decreto-Lei nº 1.439, de 20 de dezembro de 1975, e dá outras providências.

Lei nº 6.513/1977

Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico.

Decretos

Decreto nº 86.176/1981

Regulamenta a Lei nº 6.513/1977.

S) Acordos / Convênios internacionais Subscritos pelo Brasil

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada pelo Brasil em 1982 em Montego, Jamaica, e ratificada em 1988 e que se encontra em vigor desde 16/11/94. A CNUDM, um dos maiores empreendimentos da história normativa das relações internacionais, dispõe sobre os usos dos espaços marítimos e de seus recursos. Regulamentada pelo Decreto Presidencial 1.530/95.

Acordo relativo à implementação da Parte XI da CNUDM, em vigor desde 1996, que flexibilizou alguns dispositivos da CNUDM que dizem respeito aos recursos da “Área”, permitindo, dessa forma, que países de todos os blocos e regiões geográficas, até então reticentes, aderissem à Convenção.

Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (RIO- 92), cujo Capítulo 17 se dedica à proteção dos oceanos, de todos os tipos de mares e das zonas costeiras, e proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos.

Convenção sobre Diversidade Biológica, também ratificada pelo Brasil e em vigor desde 1994, cujo objetivo é assegurar a manutenção da diversidade

biológica e promover a repartição justa e eqüitativa dos benefícios advindos do uso de recursos genéticos.

Código de Conduta para a Pesca Responsável, aprovado na 18ª Reunião da FAO, em 1995, que apresenta um conjunto de diretrizes para as políticas do setor da pesca, baseado em princípios de uso sustentável e equilíbrio na distribuição dos benefícios econômicos.

Acordo para a Implementação das Disposições da CNDUM sobre Estoque de Peixes Transzonais e de Peixes Altamente Migratórios, assinado pelo Brasil em 1977, que visa assegurar a conservação a longo prazo e o uso sustentável de estoque de peixes transzonais e altamente migratórios, instando a cooperação entre os Estados para este fim.

Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 1973/1978), cujos anexos I e II estão em vigor no Brasil desde 29/04/88, enquanto os anexos III, IV e V entraram em vigor só em 1998 (Dec. nº 2.508, de 04/03/98), possibilitando a aplicação integral desta Convenção no país, contendo regras para a proteção do meio ambiente nos mares e zonas costeiras, contra a poluição, para a eliminação da poluição internacional por óleo e outras substâncias nocivas e para a minimização dos despejos acidentais de tais substâncias.

Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outras Matérias (Convenção de Londres, 1972), objetivando “o controle efetivo de todas as fontes de contaminação do meio marinho, capazes de gerar perigos à saúde humana, prejudicar os recursos biológicos e a vida marinha, bem como danificar as condições ou interferir em outras aplicações legítimas do mar”. Promulgada pelo Decreto nº 87.566/82.

Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação, em caso de Poluição por Óleo, 1990 (OPRC 90).

Convenção Internacional de Bruxelas, sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC-1969). Regulamentada pelo Decreto Lei nº 83.540/79; Promulgada pelo Decreto Lei nº 79.437/77.

Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seus Depósitos (Convenção de Basiléia).

Convenção de RAMSAR – Convenção Relativa às Áreas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de aves aquáticas, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 33/92.

Convenção-Quadros das Nações Unidas sobre Mudança Climáticas, firmada no Rio de Janeiro, em 1992 e em vigor desde 1994, sendo de grande relevância para os oceanos. A compreensão mais abrangente do papel dos oceanos na formação do clima na Terra também condiciona as linhas de pesquisas consideradas prioritárias no PSRM. Esta Convenção foi regulamentada pelo Decreto Federal 2.652/98.

Diretrizes gerais do Banco Mundial sobre padrões de lançamento e outros aspectos ambientais, de segurança e de saúde ocupacional em atividades de Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás em instalações “offshore”, 1995.

Ordem Cronológica – Estadual / SP

A) Meio Ambiente - Políticas Nacionais e Legislação Geral

Constituição Estadual

Constituição do Estado de São Paulo - Capítulo IV – promulgada em 1989
Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento, arts. 191 a 216.

Leis

Lei Estadual nº 118/1973

Autoriza a Constituição de uma sociedade por ações, sob denominação de CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle da Poluição das Águas, e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 6.536/1989

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, no Ministério Público do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 9.146/1995

Cria mecanismos de compensação financeira para Municípios nos casos que especifica, e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 9.509/1997

Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação (SEAQUA).

Decretos

Decreto nº 24.715/1986

Transforma a Divisão de Proteção de Recursos Naturais, da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, dispõe sobre sua organização e dá outras providências correlatas.

Decreto Estadual nº 24.932/1986

Institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dá providências correlatas.

Decreto nº 26.942/1987

Dispõe sobre a transferência e a vinculação de órgãos e entidades à Secretaria do Meio Ambiente.

Decreto nº 27.021/1987

Regulamenta o Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados.

Decreto nº 43.505/1998

Autoriza o Secretário do Meio Ambiente a celebrar convênios com municípios do estado de São Paulo visando a fiscalização e o licenciamento ambiental.

Resoluções

Resolução SMA 16/2001

Institui o "compromisso de compensação ambiental" no âmbito do órgão central e dos órgãos executores do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental - SEAQUA, e dá providências correlatas.

B) Legislação Específica: Licenciamento Ambiental

Resoluções

Resolução SMA nº 42/1994

Procedimentos para análise de EIA/RIMA.

Resolução SMA nº 11/1998

Dispõe sobre realização de reunião técnica informativa, aberta à participação do público, no procedimento para a análise do relatório ambiental preliminar e demais estudos de impacto ambiental, conforme disposto na Resolução 42, de 29.12.94.

Resolução SMA 4/2002

Estabelece os procedimentos para o cadastro e o licenciamento ambiental de estruturas localizadas nas margens e nas águas interiores e de mar aberto, destinadas ao acesso de pessoas e coisas às embarcações de esporte e recreio e ao acesso destas e daquelas às mesmas águas no estado de São Paulo e dá providências correlatas.

C) Controle da Poluição

Leis

Lei nº 997/1976

Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.

Decretos

Decreto nº 8.468/1976

Aprova o regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

D) Gerenciamento Costeiro

Leis

Lei nº 10.019/1998

Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.

E) Legislação Específica: Recursos Hídricos

Leis

Lei Estadual nº 6.134/1988

Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo, e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.955/91.

Lei Estadual nº 7.663/1991

Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Lei Estadual nº 7.750/1992

Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento.

Decretos

Decreto Estadual nº 36.787/1993

Adapta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, criados pelo Decreto 27.576/87, às disposições da lei 7.663/91.

Portarias

Portaria DAEE nº 717/1996

Disciplina o uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado de São Paulo.

Resoluções

Resolução Conjunta SMA/SAA nº 4/1997

Dispõe sobre o licenciamento ambiental dos Projetos Conservacionistas constantes do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Resolução conjunta SMA/SAA nº 2/1997

Dispõe sobre os procedimentos de licenciamentos ambientais, em áreas de preservação permanente, de obras, empreendimentos e atividades de desassoreamento, construções, reforma e ampliação de tanques, açudes e barramentos de corpos d'água.

F) Legislação Específica: Fauna e Flora

Decretos

Decreto nº 42.838/1998

Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no estado de São Paulo.

G) Legislação Específica: Unidades de Conservação

Leis

Lei Estadual nº 3.743/1983

Estabelece normas de estímulo para a criação de parque ecológico e de parques florestais nos municípios

Decretos

Decreto Estadual nº 36.551/1993

Institui o Plano da Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e dá outras providências.

Decreto Estadual nº 38.788/1994

Constitui Comissão Especial para restauração da Serra do Mar, na região de Cubatão.

Resoluções

Resolução SMA 25/2000

Regulamenta o desenvolvimento de pesquisas nas unidades de conservação sobre a responsabilidade do Estado de São Paulo.

H) Legislação Específica: Porto de Santos

Leis

Lei Federal nº 8.630/1993

Dispõe sobre regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências.

Regulamentos

Regulamento de Exploração do Porto de Santos

Este regulamento estabelece os princípios gerais e condições de funcionamento e exploração do porto de Santos, que deverão ser cumpridos pelas pessoas físicas e jurídicas que exerçam suas atividades na área do porto organizado, em consonância com a lei no 8.630/93.

Plano de Desenvolvimento e Zoneamento

Resolução do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) que estabelece parâmetros para o desenvolvimento do porto e as utilizações para as áreas portuárias, bem como aprova o projeto de obras de infra-estrutura.